Singapura IV: PLD/FT e compliance

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

O direito de prevenção à lavagem de dinheiro é a parte do regime de ativos digitais de Singapura que decide se um negócio sobrevive ao contato com seus próprios clientes. Uma licença de serviços de pagamento pode ser obtida com capital, um plano de negócios e paciência. Mantê-la depende de uma disciplina diária que a Monetary Authority of Singapore (MAS) inspeciona com mais atenção do que qualquer outro aspecto de um negócio de digital payment token (DPT, token de pagamento digital). A razão é histórica. A única falha que Singapura nunca perdoou em seu centro financeiro é a lavagem de produtos de crimes estrangeiros por meio de suas instituições. As prisões de agosto de 2023, que expuseram mais de S$ 3 bilhões em ativos contaminados, confirmaram essa prioridade para a próxima década.

Esta Parte expõe o sistema de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo (PLD/FT, em inglês AML/CFT) de Singapura tal como se aplica aos prestadores de serviços de DPT, aos prestadores de serviços de tokens digitais e aos advogados, trustees e responsáveis de compliance que trabalham com eles. Começa pela arquitetura (as leis, as notices e guidelines da MAS, a camada do GAFI/FATF) e depois percorre os deveres operacionais na ordem em que um responsável de

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

compliance os encontra: due diligence de clientes, travel rule, comunicação de operações suspeitas, sanções. O caso dos S$ 3 bilhões e o histórico de sanções recebem capítulos próprios, porque explicam como a MAS e o Commercial Affairs Department realmente se comportam. O capítulo final trata do problema que a maioria dos leitores deste livro enfrenta na prática: conduzir um único programa de PLD em uma entidade de Zug supervisionada por uma organização de autorregulação suíça e em uma entidade de Singapura titular de uma licença de major payment institution.

A contrapartida suíça desta Parte é a Parte F. Onde os dois regimes são comparados, a comparação é feita aqui do lado de Singapura e na Parte F do lado suíço, de modo que cada Parte possa ser lida isoladamente. A Parte K trata do perímetro de licenciamento nos termos do Payment Services Act 2019 e do Financial Services and Markets Act 2022. A Parte N trata da persecução penal e da recuperação de ativos, enquanto a Parte M trata dos crimes fiscais antecedentes. Esta Parte remete a essas Partes quando o tema se cruza e não as repete.

Duas advertências para o leitor de tradição romano-germânica. Primeiro, o direito de PLD de Singapura está organizado em camadas de um modo que não tem equivalente suíço. Os deveres penais estão em leis do Parlamento. Os deveres de conduta detalhados estão em notices da MAS que têm força de lei, enquanto a interpretação está em guidelines da MAS que não vinculam, mas são, na prática, decisivas. O responsável de compliance que lê apenas a lei deixará escapar a maior parte das regras. Segundo, o padrão aplicado em Singapura é o da "instituição financeira razoável", e a MAS o testa por meio de inspeções in loco e revisões temáticas. O compliance meramente formal é detectado rapidamente. As notas práticas desta Parte foram escritas para leitores que querem passar nesse teste.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.